



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA I

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, você poderá deixar a sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, você poderá deixar a sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome **apenas** no(s) espaço(s) reservado(s).
- Caso você receba caderno de questões com o cargo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, comunique **obrigatoriamente** o fiscal de sala para que o fato seja registrado em ata.
- **Não** será permitida a troca de folhas de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, será levado em consideração **apenas o texto redigido nas folhas de textos definitivos**.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Área I - Dissertação

Jonas, professor de Direito Constitucional, defendeu, perante os seus alunos, a inexistência de uma relação de necessária sobreposição entre os referenciais de texto e norma. Assim pensava porque, na perspectiva de uma Constituição formal, forjada em um ambiente democrático, a transição do texto para a norma é fruto de um processo intelectual, conduzido pelo intérprete, no qual são analisadas grandezas argumentativamente relevantes, como a linguagem e os valores, que podem influir na atribuição de uma pluralidade de significados ao significante interpretado. Cabe ao intérprete, no exercício de uma atividade argumentativa e decisória, resolver as conflitualidades que se apresentam durante o processo de interpretação, envolvendo as referidas grandezas, de modo a atribuir, entre os significados possíveis, aquele que se mostre mais adequado ao significante interpretado.

Disserte sobre os pontos de contato e de distanciamento da explicação de Jonas com a teoria originalista de interpretação constitucional, o método concretizador e o realismo jurídico, explicando os contornos essenciais destas construções.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Área I - Minuta de proposição com JUSTIFICAÇÃO

Joana, Deputada Federal e “municipalista” muito respeitada, tinha uma visão consolidada a respeito da importância dos Municípios na ocupação do território nacional e na geração de postos de trabalho, abrangendo os cargos em provimento efetivo, os cargos em comissão e as contratações temporárias que são rotineiramente realizadas por esses entes federativos. Por tal razão, decidiu apresentar a proposição legislativa adequada, na perspectiva da competência legislativa da União, para permitir a mobilidade intrínseca da Federação, considerando apenas os Municípios, isto com o objetivo último de que viesse a ser ampliado o número desses entes federativos, observados os requisitos exigidos pela ordem jurídica.

Elabore minuta de proposição legislativa, considerando a espécie legislativa adequada na perspectiva constitucional, com justificação sobre o tema indicado, observando as formalidades exigidas na espécie, no âmbito da Câmara dos Deputados.

Na justificação, apresente os argumentos de ordem jurídica que dão suporte à proposição legislativa, em especial os relacionados à sua constitucionalidade e mérito, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) formas de mobilidade intrínseca da Federação na perspectiva dos Municípios; e**
- b) requisitos a serem observados para a concretização dessa mobilidade, explicando os aspectos jurídicos pertinentes.**

Desconsidere eventuais proposições relativas a essa matéria que já tenham sido objeto de apreciação pelo Congresso Nacional ou por qualquer uma de suas Casas.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Realização

